



## TENHO UM TRABALHO NA CABEÇA (reflexões sobre a linguagem interior)

Maria Marta Furlanetto

**Resumo:** Existe um texto mental? Esta questão constitui o ponto de partida deste ensaio. Procura-se aqui, antes que dar uma resposta precisa, propor uma reflexão sobre o conceito de linguagem interior, através da focalização da relação pensamento/linguagem. Priorizou-se a perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, associada a uma discussão sobre a textualidade, o processo semiótico e uma teoria conexionista da consciência. A partir do material de pesquisa e da reflexão feita, propõe-se que um texto nasce quando algum material externo está sendo manipulado com orientação para o outro, e fica pronto, como manifestação enunciativa, por decisão de seu autor, na medida em que, controlado externamente, sua matéria-prima foi configurada segundo parâmetros genéricos de discurso.

**Resumé:** Y a-t-il un texte mental? Cette question est le point de départ de cet essai. On essaye, plutôt que de lui apporter une réponse précise, de proposer une réflexion qui porte sur le concept de langage intérieur, par la mise au point de la relation pensée/langage. Il a été mis accent sur les vues de la théorie historique et culturelle développée par Vygotsky, reliée à une discussion de la textualité, du processus sémiotique et d'une théorie connexioniste de la conscience. Moyennant les matériaux de recherche et la réflexion menée, on propose qu'un texte naît lorsqu'un matériau langagier extérieur est l'objet d'une certaine action vers l'autre, et s'accomplit comme manifestation énonciative par décision de son auteur autant que, contrôlé en tant qu'objet extérieur, sa matière première a été configurée suivant des paramètres de genre (de discours).

**Palavras-chave:** Linguagem Interior, Textualidade, Processo Semiótico, Consciência.

### 1 INTRODUÇÃO

Existe um texto na mente, como se dá a entender quando se diz: "Tenho o trabalho na cabeça"? Quando a questão se põe e alguém espera uma resposta, isto exige uma reflexão cuidadosa. A essa questão inicial outras, implicadas nela, são apostas: umas, de caráter temático, outras de caráter teórico-metodológico. Fiz dela o ponto de partida para uma pesquisa cujo tema eu tratava em contexto independente: a linguagem interior em suas características e em seus contrastes com a linguagem exterior, material (materialização?), na perspectiva da aprendizagem.

São estas as perguntas provocadoras que se colocaram imediatamente: Quando nasce o texto? O que é manifestação textual? A manifestação é critério fundamental para definir o texto? Qual o limite da textualidade? Assim como se diz 'linguagem interior' pode-se dizer 'texto interior'?

Considerando que tais perguntas remetem a um tema espinhoso para as áreas que dele se ocupam (Filosofia, Antropologia, Psicologia, Linguística,...), qual seja, das relações que (supõe-se) existem entre pensamento e linguagem, não pretendo conseguir respostas inequívocas, e nem mesmo, talvez, respostas. O que desejo é reunir e articular algum material disponível para compor um quadro de reflexão eventualmente pertinente para quem se interessa pelo discurso e suas condições de produção. Nesse conjunto, coloco Vygotsky como foco inovador na compreensão do tema.

### 2 DISCUSSÃO PRELIMINAR(2)

Eis a primeira resposta que ocorre à pergunta formulada: "Depende do que se entenda por 'texto'". E foi por aí que se começou; mas isto não responde, de fato: trata-se apenas do marco para conquistar uma possibilidade de conhecimento.

Por princípio, não distanciei o texto do sujeito produtor dele. Em grego, o termo hypokeimenon se interpreta como sub-texto, sub-jazer, o que existe, o que está (está sob). O correspondente em latim é subjectum (sub-jectum), subjacente, sujeito. Assim, há uma relação entre texto e sujeito que a etimologia recupera: o texto se apresenta como aquilo que está (na cabeça, na mente); o sujeito também existe na textualidade, é o tópico, o ponto de partida, o lugar de onde se fala, é o suporte de qualquer enunciação. Quando se elimina o sujeito das considerações sobre o texto, não há suporte. Diz Ducrot (3) que a distância entre o conteúdo proposicional e a vontade, ou entre o dictum e o modus, entre a objetividade e a subjetividade, entre o racional e o afetivo não pode ser mantida. Não há conteúdo proposicional independentemente do sujeito que o manifesta, pois o "conteúdo" só parece o que é na medida em que foi enunciado por alguém, em circunstâncias definíveis.

Quando se trata a língua pela língua, o texto pelo texto, o enunciado pelo enunciado tenta-se eliminar algo que não é eliminável, o sujeito, e, por conseqüência, o próprio texto, na medida de sua integração original. Mata-se o sujeito e, com ele, o texto. O sentido do enunciado só existe na exata medida de sua enunciação; sem enunciação tem-se apenas significação, disponível, aliás, só porque houve enunciações anteriores e porque houve fixações passíveis de objetivação, restando a ilusão — tanto a ilusão objetiva quanto a subjetiva.

A psicanálise, diga-se em passant, tem sido mais sensível que a linguística em geral a respeito dessa relação: ela (a psicanálise) só pensa a linguagem na medida em que por trás dela existe um sujeito que sofre, que "suporta" essa linguagem.

Para tratar o tema, as questões da introdução são norteadoras; elas não podem, contudo, ser respondidas pontualmente. O primeiro passo, então, é fazer um balanço de algumas concepções presentes em autores cujos fundamentos epistemológicos são diferenciados.

### 3 LINGUAGEM E PENSAMENTO — SAUSSURE

Em apenas dois pontos do Cours, em capítulos diferentes, Saussure faz referência a algo que pode ter analogia com a noção de “di Prima Parte, capítulo I, Natureza do signo lingüístico; Segunda Parte, capítulo IV, O valor lingüístico. A numeração a seguir diz respeito a es (4)

1. Saussure afirma que os dois termos implicados no signo lingüístico são de natureza psíquica e se ligam no cérebro pelo elo da assi lingüístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica (1976, p. 98).

É preciso salientar que a “imagem acústica” é apenas uma espécie de empreinte [marca, pegada] psychique, que é, segundo explica em nota de rodapé, a representação natural da palavra como fato de língua virtual, nada tendo a ver com realização. O aspecto motor é ac qualquer forma, Saussure admite que essa imagem é “sensorial”. O caráter psíquico, diz ele, aparece claramente quando observamos nossa pró Sem mexer os lábios nem a língua, podemos falar a nós mesmos ou recitar mentalmente uma peça em versos (p. 98).

2. Para explicar o conceito de ‘valor lingüístico’, Saussure leva em consideração os dois elementos que, segundo ele, entra funcionamento da língua: as idéias e os sons. Diz que o pensamento em si é uma massa amorfa, ou ainda, é como uma nebulosa onde nada é r delimitado. Assim, não há idéias pré-estabelecidas, nada é distinto antes do aparecimento da língua. Da mesma forma os sons, segundo ele, nã circunscritas previamente. Por isso, ele representa o fato lingüístico (a língua) como uma série de subdivisões contíguas desenhadas simultanez indefinido das idéias confusas (A) e naquele não menos indeterminado dos sons (B) (p. 156).

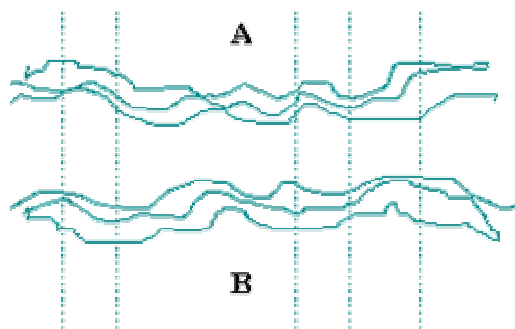


Figura 1 - Esquema de Saussure:

Saussure explica que a língua não é, em relação ao pensamento, a criadora de um meio fônico material para a expressão das idéias (Vygotsky critica); seu papel é servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que sua união resulta necessariamente recíprocas de unidades (p. 156). Dessa forma o pensamento, caótico por natureza, é forçado a precisar-se, decompondo-se. Não há, neste materialização dos pensamentos, nem espiritualização dos sons: ... o “pensamento-som” implica divisões e [...] a língua elabora suas unidades entre duas massas amorfas (p. 156). Saussure usa algumas comparações para explicar este fenômeno. Veja-se uma: a língua é como uma fr pensamento é a frente e o som o verso. A combinação dessas duas ordens, diz ele, produz uma forma (e não uma substância).

A busca da natureza formal da língua (langue, objeto de análise, e não simplesmente idioma) é que o leva a situar as unidades li psíquicas. Para ele, a tentativa de abordar os conceitos, ou melhor, as idéias (que ele considera confusas antes da semiotização), cabe à psicologia interessariam ao lingüista como unidades conceituais, portanto com uma face significativa, compondo o signo. Ele salienta essa natureza psíquic da obra, quando, a partir do circuito da fala (falante-ouvinte), busca caracterizar o lugar da langue nos fatos de linguagem. Mas é interess seguinte: uma vez caracterizado o objeto da ciência lingüística — a langue —, Saussure a aproxima e a distingue de outros sistemas, tais co alfabeto dos surdos-mudos, os ritos simbólicos, as formas de polidez. E concebe uma ciência que se preocupasse com todos esses signos e set na vida social: seria uma parte da psicologia social e se chamaria semiologia (do grego semeion); ao psicólogo caberia determinar o lugar exato

Para dar uma idéia do núcleo do programa saussuriano, cito Dosse (1993):

Ele dá a sua solução para o velho problema formulado por Platão no Crátiles. Com efeito, Platão opõe duas versões das relações entre natureza e cultura: Hermógenes defende a posição segundo a qual os nomes atribuídos às coisas são arbitrariamente escolhidos pela cultura e Crátiles vê nos nomes um decalque da natureza, uma relação fundamentalmente natural. Esse velho debate, recorrente, encontra em Saussure aquele que vai dar razão a Hermógenes com a sua noção de arbitrário do signo.

[...] O essencial da demonstração consiste em fundamentar o arbitrário do signo, em mostrar que a língua é um sistema de valores constituído não por conteúdos ou produtos de uma vivência mas por diferenças puras. Saussure oferece uma interpretação da língua que a coloca resolutamente do lado da abstração para melhor a separar do empirismo e das considerações psicologizantes. Funda assim uma nova disciplina, autonomizada em relação às outras ciências humanas: a lingüística. (p. 65-66).

Fica claro que, nessa abordagem, o essencial é o fechamento da língua sobre si mesma. O signo, tal como definido, só envolve a conceito (significado) e a imagem acústica (significante). O mundo da referência não faz parte do esquema. O estudo da língua é a análise d suas relações internas, separado de suas condições de emergência e de seu sentido. Assim, nessa lingüística não há lugar para o sujeito nem pa

Se quiséssemos começar a pensar numa resposta à pergunta Existe um texto na mente? a partir do quadro acima, encontraríam restrições: 1) a abordagem não permite sair dos limites da língua; 2) é impossível imaginar o texto como unidade verificável; 3) o texto é pr sujeito que aparece como indivíduo, o qual faria uso da língua, o que não está em questão nessa abordagem.

Quando Saussure diz, no Cours, que podemos falar a nós mesmos sem articulação motora, está apenas procurando dar uma idéia do do signo, unidade de língua. Já já se está no plano da fala, ou parole, que é individual. Por interna que seja essa fala, ela aparece simplesm versão silenciosa da fala audível. Ou seja, nenhum processo é aí analisado. O interesse da questão apresentada, por outro lado, está justamen dos conflitos que envolvem a escritura do texto, a partir do momento em que a mente consciente projeta e planifica, “ousando” pensar, em cei alguma coisa construída antes que uma forma gráfica se inicie. Talvez se possa dizer, para tal sensação: há uma forma interna, idealizada, po muito opaca, sobretudo quando há tempo suficiente para desenvolver essa fala interna, jogar com imagens de interlocutores e, finalmente, mem

#### 4 PRECISAMOS DE UMA PEDAGOGIA DA ESCRITA?

Com certeza não é fácil compor um texto escrito, mesmo que se trate de um simples bilhete. Esse esforço já foi realizado por muitas p processo de alfabetização. Contudo, poucos concretizam textos longos: artigos, comunicações, relatórios, teses..., para não falar de textos q estética. Isto significa que, embora não saibamos quase nada do que se passa na mente, mesmo sentindo-a plenamente semiótica, estamos cor existe uma grande distância entre pensar, falar e escrever; e que, apesar disso, há uma interdependência, há um certo grau de vinculação qu menos, põe-nos indefesos diante da incompreensão sobre o porquê das dificuldades.

Mas também é possível que, para a maioria das pessoas — aquelas que pouco ou nada escrevem —, seja suficiente encarar a escrita como um substituto do oral. Não é de hoje que “aprender a grafar o que se diz”, ou ainda “aprender técnicas para passar do oral ao escrito” é considerado metodologicamente correto para entrar no mundo visual da língua escrita.

Entretanto, se uma pedagogia da escrita se impõe — ninguém o negará — é que aprender a notação convencional para grafar, estabelecendo a correspondência sons/letras, não basta. Fosse tão simples a lição, todos os alfabetizados poderiam produzir pelo menos bons bilhetes, bons cartazes, boas cartas. Ora, cada vez mais se observa que a escrita é suporte de um modo de comunicação autônomo. Por princípio, o que se escreve não é algo que se fala primeiro, para ser transformado em seguida em sinais gráficos; pelo contrário, de modo geral as interações orais e as interações escritas são mutuamente exclusivas

Foucambert (1994) salienta que escrever é criar algo suscetível de funcionar para um leitor, e tornar isso possível exige a antecipação desse funcionamento, antecipação que se apóia numa experiência pessoal de leitor. Isto, é claro, leva a vincular leitura e escritura. Escrever, diz o autor, é inventar algo “jamais lido”, porém a partir de uma teoria [...] que tenta organizar todos os componentes da experiência de leitor de quem escreve (p. 76). Escreve-se somente a partir do que se compreende que acontece na leitura: escrever obriga a teorizar suas estratégias de leitura, enquanto ler obriga a teorizar suas estratégias de escrita (p. 77, destaque meu).

A lição que corrobora minha própria experiência é esta, nas palavras de Foucambert (ibid., p. 77): Escrever é precisamente trabalhar a linguagem escrita para descobrir o que se tinha a dizer. Outros autores partilham a mesma concepção, que tem implicações importantes: ninguém tem simplesmente “algo a dizer” que pode ser imediatamente escrito. Pergunto, então: o que havia “na cabeça” que pudesse corresponder a esse ter algo a dizer? Quem diz que já tem algo na cabeça, crendo que basta aprender técnicas para redigir, teria portanto uma concepção errônea do processo. Mas a pergunta importante aqui é: esse algo que tenho na cabeça constitui um texto? Se sim, de que natureza? Constituiria o mesmo texto que ainda vai se manifestar na escrita? Se não, por que não? Seria já um texto, embora diferente de sua manifestação?

Outra afirmação que cria conflito é a de Roland Barthes (referido por Foucambert): ele diz que não se trata, para escrever, de usar uma ferramenta para expressar algo preexistente, mas do trabalho sobre uma matéria-prima. O confronto que se cria com esse trabalho Foucambert o chama “manipulação do significante”. Claude Simon (citado por esse autor) explicita de maneira extraordinária o conflito do escritor:

Quando estou frente a uma folha em branco, vejo-me confrontado com duas coisas: por um lado, o turvo magma de emoções, lembranças, imagens, que está em mim; por outro, a língua, as palavras que eu procurarei para dizê-lo, a sintaxe pela qual serão ordenadas e no seio da qual, de algum modo, irão se cristalizar. De imediato, uma primeira constatação: jamais se escreve (ou descreve) algo que tenha acontecido antes do trabalho de escrever; escreve-se aquilo que se produz (e isso em todos os sentidos da palavra) durante esse trabalho, no seu decorrer; e isso não resulta do conflito entre o mui vago projeto inicial e a língua, mas, pelo contrário, resulta de uma simbiose entre ambos, a qual leva a que, pelo menos comigo, o resultado seja infinitamente mais rico do que a intenção. (p. 78-79)

Tais palavras contrariam a idéia de que se possa conceber algo tão bem que baste revesti-lo com palavras. Assim, a preocupação leibniziana(6) de uma “álgebra” lingüística que permitisse a não distorção dos pensamentos (língua característica universalis) perde muito de seu tom queixoso com referência à linguagem — ilusão que talvez muitos ainda tentem justificar. No quadro acadêmico, por exemplo, vemos o estudante que, para explicar um fracasso de escritura, explica que na cabeça estava tudo claríssimo ... Em todo caso, a recorrência de justificativas semelhantes deveria fazer pensar com mais seriedade ainda o de que ninguém duvida: é necessária uma pedagogia da escrita.

Sem dúvida a interação oral também sofre essas restrições, mas de qualquer forma pode-se dizer que o que resulta escrito não é mera transposição do oral: tem suas especificidades. Portanto, pode-se falar de outra natureza, como lembra Schlieben-Lange (1993).

O discursivo de tal processo aparece nesta observação de Foucambert: O que é paradoxal na escrita é a dupla imposição de uma configuração linear própria da língua e de uma totalidade imediatamente acessível que caracteriza o texto escrito. Com efeito, este caráter se sobressai e torna a escritura bem mais que uma simples questão notacional (fixação material). Ricoeur (s. d.) salienta que o que se deseja inscrever é um evento: não se busca simplesmente fixar a gramática da língua em questão (como parece acontecer prioritariamente nos tradicionais exercícios de redação), mas basicamente inscrever o discurso. É o discurso que deve emergir numa forma gráfica, não simplesmente uma gramática.

Uma das implicações desse processo é que a relação escritura/leitura não pode ser tomada como correspondente à relação fala/escuta; a marca preponderante da escritura é a distância/distanciamento. Foucambert (ibid.) dirá: O que se exprime de maneira linear, paradoxalmente, é uma estrutura global e imediata (p. 80). O que se exprime, eu repito com Ricoeur, é o discurso, e não uma soma de frases. Daí que, embora a escritura implique o movimento temporal, o que a rege, por princípio, é o espaço do texto — ela é um artefato realizado para a modulação visual.

Claude Simon (apud Foucambert) diz que expressa uma estrutura na organização da ‘paisagem interna’. Esta paisagem interna é que cria problema, ou melhor, é o fenômeno-questão. A paisagem está no corpo e na cabeça. Ela se mostra já como um texto?

Uma das características da escrita é que obriga a olhar o real de uma nova perspectiva; deve distanciar-se dele, teorizá-lo, explorar sua ordem. Logo, escrever é assumir uma outra maneira de pensar, de ver o mundo. Não se trata apenas de nomear. Esse jogo é chamado aqui de “confeção do mapa a partir da paisagem”, e tal coisa institui um conflito. O pensamento constrói-se na linguagem, porém ele transforma a linguagem que o constrói (ibid., p. 81) — processo dialético. Essa perspectiva também aparece sustentada por Luia, Vygotsky, Bakhtin (em análise mais adiante). ...devido às imposições do texto, a escrita é, ao mesmo tempo, a invenção de um ponto de vista sobre o mundo (Foucambert, p. 81).

De certa forma, as generalizações já existentes nas palavras (seus significados, conforme a perspectiva de Vygotsky) são uma riqueza e uma restrição ao redator, e isto constrói parte do conflito, que deve ser resolvido: os significados registrados já aparecem como pontos de vista, constituem visão de mundo.

## 5 UMA LINGUAGEM INTERIOR ESTRUTURADA?

Luria(1986) nos explica que a ação voluntária da criança inicia num processo de subordinação da ação à instrução verbal do adulto. Trata-se de uma função compartilhada, interacional, que se transforma progressivamente num processo intrapsíquico pela interiorização. Assim se forma, nessa perspectiva, a linguagem interior. Numa certa etapa de seu desenvolvimento, a criança tem uma ação voluntária autônoma: a subordinação da ação se dá agora em relação à própria linguagem da criança. Pergunta-se, então: como se forma essa linguagem interna, que regula os comportamentos e os atos voluntários, e que estrutura tem — se de fato a tem?

Segundo Luria, durante muito tempo pensou-se que a estrutura dessa linguagem interior era semelhante à da linguagem externa. Foi com Vygotsky (v. discussão adiante) que começaram as mudanças fundamentais sobre a concepção de linguagem interior. Na teoria de Jean Piaget, a criança nasce como um ser autístico, vivendo em si mesma com pouquíssimo contato com o mundo exterior. Daí a chamada “linguagem egocêntrica”. A socialização da criança se faria apenas progressivamente, e com ela a linguagem se tornaria um meio de comunicação. A linguagem egocêntrica seria um “rastros do autismo infantil”.

Vygotsky inverteu este caminho para explicar a linguagem interior, partindo do princípio de que desde o nascimento a criança é um ser social. Assim, o social do comportamento da criança não viria progressivamente depois da linguagem autística. A evolução, segundo Vygotsky, se dá a partir do momento em que a criança pede ajuda ao adulto, e depois analisa ela mesma a situação com a ajuda da linguagem, buscando saídas para seus problemas; finalmente, com a linguagem começa a planejar o que não pode fazer através da ação imediata. É o que dá origem à função intelectual, reguladora da conduta. Essa interiorização da linguagem provoca a formação de novos tipos de atividades psíquicas: as funções analíticas, de planejamento e de regulação, inicialmente inerentes à linguagem do adulto: ... com a aparição da linguagem interior surge a ação voluntária complexa como sistema de auto-regulação, que se realiza com a ajuda da própria linguagem da criança, no início exteriorizada e logo interiorizada (Luria, p. 111).

As teses de Vygotsky têm sido confirmadas por muitos estudiosos. Segundo Luria, isto permite abordar um importante problema da psicologia: o da estrutura interna e origem do ato voluntário. Ato voluntário se entende como uma ação de estrutura mediada que se apóia em meios verbais, os quais compreendem não só a linguagem externa como meio de comunicação, mas também a linguagem interna, reguladora da conduta. (p. 111). O ato voluntário é visto como um processo de origem social; o papel do meio é cumprido basicamente pela linguagem interior.

Qual a estrutura dessa linguagem interior?

Não se trata simplesmente uma linguagem “para si”, ou seja, a linguagem externa privada de sua parte motora — ou ainda, apenas uma duplicação dela. Elas já diferem em velocidade: no ato intelectual a velocidade é tão grande que seria impossível dizer a si mesmo toda uma frase e muito menos todo um raciocínio. Luria conclui que a linguagem interior, que possui um papel regulador ou planejador, possui uma estrutura completamente diferente, reduzida, abreviada (p. 111-112). Foi o estudo da conversão da linguagem externa em linguagem interna, em crianças, que levou a essa conclusão. Segundo Luria, constata-se, no processo: primeiro, a linguagem passa de audível a sussurro e depois a interior; ela se abrevia, transformando-se de desdobrada em fragmentária e interna.

O traço marcante desta nova linguagem é, para ele, o mostrar-se como basicamente predicativa. Predicativo contrasta com nominativo; o primeiro tem como núcleo o verbo; o segundo, o nome. Ele quer dizer que o tema (aquilo de que se trata, o problema a resolver) já está incluído na linguagem interior e não necessita ser designado especialmente. A segunda função semântica dessa linguagem, a significação do que corresponde dizer sobre o tema, que ação cabe realizar, é o que resta. Seria o rema. Assim conclui Luria:

Desta forma, a linguagem interior, por sua semântica, nunca designa o objeto, nunca possui um caráter nominalmente restrito, ou seja, não possui “sujeito”; a linguagem interior indica o que é necessário realizar, em que direção deve ser orientada a ação. Dito de outra forma, ao permanecer interna e amorfa por sua estrutura, sempre conserva sua função predicativa (p. 112).

A função predicativa diz respeito, então, à hipótese de a linguagem interior designar somente o plano da ação futura, e sua possibilidade de desdobramento vem exatamente de que se origina de uma linguagem externa, desdobrada. Ela funcionaria sempre como um projeto. Essa idéia é produtiva, vale a pena levá-la adiante.

A segunda grande pergunta que Luria (se) coloca é: que mecanismos cerebrais garantem o papel regulador da linguagem, no início externa e logo tornada interna? Que mecanismos cerebrais se encontram na base do ato voluntário consciente do homem?

Suas respostas constituem ainda hoje apenas boas hipóteses, e estão vinculadas a observações feitas em pacientes com afecções locais do cérebro. Segundo ele, os mecanismos cerebrais da função reguladora da linguagem não coincidem com os mecanismos que asseguram os aspectos sonoros ou semânticos dos processos verbais (p. 113).(7) Isto significa que, mesmo que a linguagem seja alterada em seu aspecto fonemático e articulatório por alguma afecção cerebral, não perde necessariamente sua função reguladora.

Os setores temporais posteriores e os setores pós-centrais do hemisfério esquerdo do cérebro, que são importantes para a organização fonemática e cinestésica da linguagem, não possuem esse significado para a organização da função predicativa da linguagem interior, e portanto para a regulação do ato voluntário. Também não têm a mesma significação os setores parietais inferiores e parieto-occipitais, zonas do córtex do hemisfério esquerdo que garantem a compreensão das construções lógico-gramaticais. Os estudos mostraram (ainda segundo Luria) que os setores importantes para a função reguladora da linguagem interior são as zonas anteriores do córtex cerebral, em particular do hemisfério esquerdo — zonas que, por sinal, têm uma estrutura morfológica diferente da dos outros setores apontados.

Para Luria, a alteração do aspecto predicativo da linguagem exterior provoca grave alteração da linguagem interior, que deixa de garantir o caráter fluente da locução. Essas alterações, segundo observações feitas, correspondem a afecções nos setores pré-motores do córtex, um dos grupos em que se dividem as zonas anteriores do córtex cerebral; o segundo grupo é formado pelos setores frontais propriamente ditos do córtex. Enquanto os aspectos motores e a linguagem externa se conservam em pacientes com lesão nessa área, altera-se profundamente a dinâmica interna do ato voluntário organizado, planejado em conjunto e a atividade verbal orientada. (p. 116). Perdendo o apoio da linguagem interna (na sua qualidade de projeto), o paciente apresenta uma patologia gravíssima, segundo os termos de Luria. Falta-lhe a função reguladora da conduta: a atividade organizada passa a ser substituída “por ações imitativas ou perseveratórias”. Em outras palavras, a afecção dos lóbulos frontais do cérebro provoca a alteração da função reguladora da linguagem, deixando conservado seu aspecto externo. Ou seja, ele reage a certas instruções verbais segundo o modelo visual que lhe é mostrado, e não segundo as instruções.

Luria considera, assim, que é indiscutível a participação dos lóbulos frontais do cérebro na realização do ato voluntário, ficando em aberto as questões relativas aos mecanismos fisiológicos que estão na base desses fenômenos. Acrescente-se que estudos bem recentes têm evidenciado que as direções apontadas por Luria são corretas (Cf., por exemplo, Daniel Goleman, 1995, e António Damásio, 1996).

Anote-se também: a função reguladora da linguagem é chamada aqui igualmente de função pragmática, que portanto está intimamente vinculada à linguagem interior.

## 6 RAÍZES GENÉTICAS DO PENSAMENTO E DA LINGUAGEM

Como salientei na introdução, Vygotsky aparece como uma figura central para a compreensão das relações

linguagem/pensamento, que ele focalizou do ponto de vista genético, amarrando-as sempre ao histórico e ao cultural da existência. O tópico privilegia sua abordagem em dois trabalhos fundamentais: *Pensamento e linguagem* (sua última obra, editada em 1934) e *Teoria e método*.

Em *Pensamento e linguagem*, Vygotsky enfatiza que é indispensável tratar do discurso interior para abordar o problema da relação entre o pensamento e a linguagem, na medida da sua importância para a atividade de pensar. Por outro lado, entre esse discurso e o discurso externo há diferenças profundas: trata-se de dois processos funcionalmente diferentes (adaptação social, neste, e adaptação pessoal, naquele) e estruturalmente o discurso interior prima pela economia extrema, até se tornar praticamente irreconhecível).

Daí que Vygotsky não acredite que possam ser geneticamente paralelos e convergentes, como alguns estudiosos sugeriam. Por outro lado, a fala é interiorizada psicologicamente antes de ser interiorizada fisicamente (processo da fala egocêntrica). Pela forma, o discurso interior parece-se muito do discurso externo ou tornar-se mesmo igual a este, quando serve de preparação para o discurso externo (como quando se pensa no que se vai proferir). Note-se que esta observação sugere, contrariamente a outras já apontadas aqui, que seria possível um texto de caráter mais provável que se trate de uma analogia)... De qualquer modo, continua a haver uma interação constante das operações externas e das internas, das formas converte-se incansavelmente na outra.

Vygotsky pensa nesse processo, graficamente, como dois círculos em intersecção. Nas regiões sobrepostas pensamento e linguagem produzindo o pensamento verbal — que, por sua vez, não engloba todas as formas de pensamento nem todas as formas de linguagem. Isto quer dizer um aspecto prático do pensamento que não inclui imagem verbal, assim como haveria formas de atividade lingüística que não requerem pensamento (por exemplo, recitar um poema que se sabe de cor). Vygotsky quer dizer que não ocorre aí atividade intelectual no sentido prático. Conclui, então, que a fusão entre o pensamento e a linguagem, tanto nos adultos como nas crianças, é um fenômeno limitado a uma área circunscrita (abaixo).

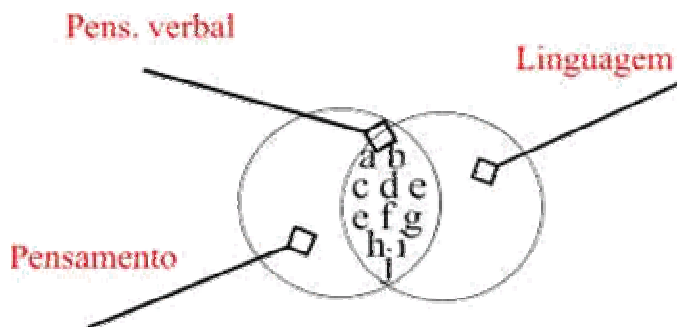


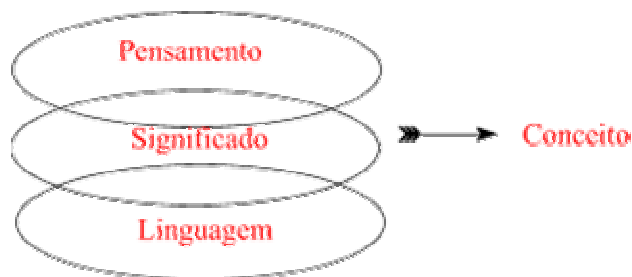
Figura 2 – Área de intersecção entre pensamento e linguagem

Sumariando a sua investigação sobre o discurso interior, Vygotsky conclui

... que o discurso interior se desenvolve através de uma lenta acumulação de mudanças funcionais e estruturais, que se desliga do discurso externo da criança simultaneamente com a diferenciação das funções social e egocêntrica do discurso, e finalmente que as estruturas do discurso dominadas pela criança se transformam nas estruturas básicas do seu pensamento” (1979, p. 73).

Daí a tese: o desenvolvimento do pensamento se encontra determinado pela linguagem, ou seja, pelos instrumentos lingüísticos da experiência sócio-cultural da criança. Acrescente-se que o pensamento verbal não aparece como uma forma natural de comportamento (destoa de Santaella, conforme apresentado adiante), mas está vinculado ao processo histórico-cultural e tem propriedades e leis específicas que encontradas nas formas naturais do pensamento e do discurso. Em última análise, o desenvolvimento do comportamento humano sofre o impacto geral do desenvolvimento histórico da sociedade humana. Essa é a perspectiva do materialismo histórico e dialético.

No capítulo *Pensamento e linguagem* Vygotsky explora particularmente a questão do método de busca das relações entre pensar e falar, iniciando pelo estabelecimento de uma unidade, ou seja, o que, sob uma forma simples, retém as propriedades do todo. A unidade do pensamento que ele encontra é o significado da palavra: O significado de uma palavra representa uma amalgama tão estreita de pensamento e linguagem que é difícil tratar de um fenômeno de pensamento, ou se se trata de um fenômeno de linguagem (p. 159). Talvez se possa representar isso no seguinte gráfico da representação proposta acima):



Uma palavra sem significado constitui um som vazio, daí considerar-se o significado um critério da palavra e um componente indispensável da psicologia, um significado indica uma generalização, um conceito — que, por sua vez, é tido como ato de pensamento. Vygotsky conclui

O significado das palavras só é um fenômeno de pensamento na medida em que é encarnado pela fala e só é um fenômeno lingüístico na medida em que se encontra ligado com o pensamento e por este é iluminado. É um fenômeno do pensamento verbal ou da fala significante — uma união do pensamento e da linguagem (1979, p. 159).

Como se percebe, trata-se daquele “mistério” a que Saussure se refere quando define o valor lingüístico: o pensamento torna-se decomposição (articulação): o pensamento-som implica divisões, e a língua elabora suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas (1979, neste trabalho o tópico *Linguagem e pensamento* - Saussure).

Aí está a tese fundamental de Vygotsky. Dela decorre outra: o significado das palavras evolui; na evolução histórica da linguagem a forma e o significado e a sua natureza psicológica se transformam também. Não é apenas o conteúdo de uma palavra que se altera, mas a forma cor generalizada e refletida numa palavra (p. 160). Todo e qualquer pensamento é uma generalização (p. 164). Como vemos, trata-se de uma boa análise da relação entre “texto” interior (permitam-me as aspas) e texto exterior. Com efeito, já que se trata de generalização, torna-se necessária a escrita, que corresponde à inscrição de eventos — como sugeri no final do tópico “Precisamos de uma pedagogia da escrita?” Poderíamos dizer que a socialização de cristalização passa pelo de modelização, de modo que os conceitos, marcas (referenciais — ou significações disponíveis, conforme



expressão de circunstâncias situacionais se revelam um aparato indispensável e ao mesmo tempo limitador.

Com o princípio da evolução os significados das palavras são vistos como formações dinâmicas. A relação entre pensamento e linguagem se modifica na exata medida da alteração dos significados. Essa alteração, por outro lado, resulta da prática. E então Vygotsky passa a estudar o papel do significado no processo de pensamento. O experimento consistiu em considerar as relações pensamento/palavra no cérebro de adultos. Sua diretriz foi:

...a relação entre o pensamento e a palavra não é uma coisa mas um processo, um movimento contínuo de vai-vem entre a palavra e o pensamento; nesse processo a relação entre o pensamento e a palavra sofre alterações que, também elas, podem ser consideradas como um desenvolvimento no sentido funcional. As palavras não se limitam a exprimir o pensamento: é por elas que este acede à existência (1979, p. 165).

O pensamento flui como uma corrente interna através de uma série de planos, e é preciso investigar esses planos que o pensamento percorre antes de se “encarnar” nas palavras.

Primeira distinção: há dois planos do discurso: interno, significante, semântico; externo, fonético (nesse aspecto Vygotsky parece próximo de Saussure). Cada um tem leis de movimento específicas, que formam uma unidade complexa – mas há movimentos independentes na esfera fonética e na esfera semântica. No domínio da fala exterior, a criança progride da parte para o todo: de palavras para frases e seqüências frasais. Relativamente ao significado, entretanto, a primeira palavra da criança é uma frase completa (é o que Gustave Guillaume chamou de holofrase). Semanticamente a criança parte do todo, e mais tarde domina as unidades semânticas separadas. Isto mostra a importância de se distinguir o aspecto fonético do discurso de seu aspecto semântico. Contudo, embora os movimentos não sejam coincidentes, não são também independentes um do outro. Em última análise, a estrutura da linguagem não reflete simplesmente a estrutura do pensamento, como num espelho; por isso, não se pode vestir o pensamento com palavras, como se de um ornamento se tratasse (p. 166). O pensamento encontra na fala sua realidade e sua forma.

Nos adultos, a divergência entre o fonético e o semântico é mais nítida ainda. Exemplo de Vygotsky: em O relógio caiu a ênfase e o significado podem variar com as situações. Se noto que o relógio parou e pergunto por que terá acontecido, a resposta é O relógio caiu. Sujeito gramatical e psicológico coincidem. Se ouvir um barulho no quarto ao lado e indagar o que aconteceu, e receber a mesma resposta, o sujeito e o predicado psicológicos se invertem. Alguma coisa tinha caído; o relógio completa a idéia (seria possível usar esta ordem: O que caiu foi o relógio. Então o sujeito gramatical e o psicológico coincidiriam). Qualquer parte de uma frase pode tornar-se o sujeito psicológico, a parte portadora da ênfase fundamental (ou seja, o que se tem muito comumente chamado tópico); por outro lado, por trás de uma estrutura gramatical podem ocultar-se significados diferentes. A mais simples exclamação, diz Vygotsky, não reflete uma correspondência constante entre som e significado – pelo contrário, há um processo complicado. As expressões verbais não podem nascer completamente formadas, devem desenvolver-se gradualmente. Por isto, nos eventos reais de fala, em que se formam fenômenos de linguagem, muitas vezes interpretamos conforme a modelização vigente, e podemos incorrer em equívoco.

Vygotsky propõe-se em seguida a explorar o plano do discurso interno (para além do plano semântico). A expressão se tem prestado a confusões e tem sido usada para designar coisas diferentes. “Originalmente”, diz ele, parece que se chamava discurso interior à memória verbal. Ora, a memória das palavras é um dos componentes do discurso interior, mas não o único. Segunda acepção: o discurso interior seria um discurso externo truncado, linguagem sem som ou linguagem subvocal (suponho que seja esta acepção a utilizada por Saussure). Vygotsky a rejeita: a “locução” silenciosa das palavras não equivale ao processo integral do discurso interior. Terceira acepção: discurso interior é tudo o que precede a parte motora da fala. Pela amplitude, contudo, perde-se em objetivação.

Assim caracteriza Vygotsky o discurso interior:

a) discurso para o próprio locutor (ou melhor, para si; o discurso externo se volta para os outros). A ausência de vocalização se dá apenas como consequência da natureza específica do discurso interior: não aparece como antecedente do discurso exterior, nem como sua reprodução na memória, surge antes como o contrário dele: volta-se para dentro, para o pensamento. Assim, as estruturas têm de ser diferentes. E se esse discurso pode ter valor pessoal, concluo que não o tem socialmente falando. Como, em última análise, o sujeito locutor só faz sentido em seu caráter de ser social, o seu “texto” na cabeça não pode ser avaliado pelo outro. Ele é um fragmento do processo... Por outro lado, ao contínuo desdobramento em discurso exterior corresponde um retorno benéfico à organização da vida mental (processo circular que tende a sofisticar-se);

b) do ponto de vista genético: um estágio posterior de desenvolvimento do discurso egocêntrico na criança: este transforma-se no discurso interior (o discurso egocêntrico desaparece paulatinamente a partir do início da escolaridade) — ele seria, pois, a chave para a compreensão do discurso interior, na medida em que pode ser observado e estudado experimentalmente.

Como já destacado (v. Luria), Vygotsky quer provar (contrariamente ao que pensa Piaget) que o discurso egocêntrico é um fenômeno de transição entre o funcionamento inter-físico e o funcionamento intra-físico, quer dizer, da atividade social e coletiva da criança para a sua atividade mais individualizada — modelo de desenvolvimento este que é comum a todas as funções psicológicas mais elevadas (p. 174). Mais: O discurso de si para si tem origem na diferenciação do discurso para os outros. Na medida em que a trajetória principal do desenvolvimento psicológico da criança é uma trajetória de progressiva individualização, esta tendência reflete-se na função e na estrutura do seu discurso (p. 174).

Essa concepção do discurso egocêntrico é a base para aquela do discurso interior como uma linguagem que está a serviço da orientação mental, da compreensão consciente. As características do discurso de si para si [leia-se: egocêntrico] e a diferenciação relativamente ao discurso exterior aumentam com a idade. O que diminui, nele, é a vocalização. Mas isto não significa que ele vai desaparecer, como quer Piaget.

O rápido declínio da vocalização e o desenvolvimento de outras características (quais sejam, qualidades funcionais e estruturais) só são contraditórios aparentemente. De fato, Vygotsky demonstrou que aos três anos a diferença entre o discurso social e o discurso egocêntrico da criança é nula. Aos sete, por outro lado, ocorre um discurso que pela sua estrutura e pela sua função é totalmente diferente do discurso social. A perda mais significativa se dá com a vocalização. O discurso de si para si não pode achar expressão no discurso externo (p. 177). Assim, tem-se a impressão de que ele vai morrendo. Na realidade, diz Vygotsky, oculta-se um processo complexo que corresponde ao nascimento de uma nova forma de discurso. Uma nova capacidade vai-se formando: a de “pensar as palavras” em vez de as pronunciar.(9) Assim, “pensar as palavras” constitui um contínuo exercício metacognitivo...

Vygotsky concluiu, após experiências de vários tipos, que o discurso interior deve ser encarado, não simplesmente como um discurso sem som, mas como uma função discursiva diferente. Comparado ao discurso exterior, ele parece “desconexo e incompleto”, com uma sintaxe muito particular. Seu método de análise genética mostrou que, à medida que o discurso interior se desenvolve, ocorre a tendência para uma forma específica de abreviação: omissão do sujeito de uma frase e de todas as palavras com ele relacionadas, preservando-se o predicado. Esta tendência para a predicação surge em todas as nossas experiências com tal regularidade que somos forçados a admitir que se trata da forma sintática fundamental do discurso interior. Lembremos aqui a teoria sintática de Lucien Tesnière e a gramática de casos de Fillmore, em que o centro do

enunciado é o predicado. Curiosamente, a primeira teoria é tipicamente sintática, e a segunda tipicamente semântica!

Em certas circunstâncias, o discurso exterior apresenta tal estrutura; a comparação é interessante. Vygotsky diz que a predicação pura ocorre em duas situações: quando se trata de uma resposta ou quando o sujeito já é conhecido de antemão por todos os participantes. Por exemplo: Quer uma chávena de chá? Resposta: Não. Ou ainda: Não, não quero. Supondo, por outro lado, que um grupo esteja à espera de um ônibus, no momento em que ele se aproxima dir-se-á simplesmente: Vem aí, ou ainda Está chegando, ou O ônibus. É claro que pode haver equívocos, se algum dos interlocutores relacionar a expressão com algo que lhe ocupa o espírito independentemente da situação específica – daí os mal-entendidos. Ao contrário, quando os interlocutores estão mentalmente orientados para as mesmas coisas, pode-se optar por uma sintaxe simplificada e por um número de palavras extremamente reduzido. Isso, entretanto, pressupõe uma situação discursiva in presentia.

O tipo de ocorrência assinalada aqui — discurso abreviado — tem em uma de suas formas uma interpretação na teoria sintática de Lucien Tesnière (1976). Ele estuda as palavras-frases (ou phrasillons) — grosso modo as interjeições — como estruturalmente “inanalísáveis”, porém ricas de conteúdo semântico, o que, segundo ele, redime sua pobreza estrutural. Apesar de que Tesnière tenha focalizado a teoria da sintaxe, fez uma distinção entre plano sintático e plano semântico, estabelecendo que a atividade estrutural mostra-se subjetiva e inconsciente, enquanto a atividade semântica se apresenta objetiva e consciente, e por isso mesmo superficial, na sua visão. Apesar disso, ele sustenta que entre os dois planos há um paralelismo irrecusável: as conexões sintáticas têm correspondentes conexões semânticas (mas não necessariamente coincidentes, é claro). Como o conteúdo semântico de palavras-frases é extremamente complexo, sua expressão estrutural exigiria perifrases às vezes longas. Mas o interessante na tipologia de Tesnière é que aí estão incluídos o sim e o não, dados como palavras-frases lógicas ou intelectivas, de caráter anafórico. Por quê? Porque elas mantêm uma conexão semântica anafórica com outras frases, condensando-lhes o conteúdo semântico. Explicando: a anáfora pede duas conexões semânticas; uma é correlata à sintática, superpõe-se a ela, e a segunda, suplementar, é a anáfora propriamente dita. O exemplo clássico do autor é Alfredo ama seu pai. O termo seu conecta-se semanticamente e sintaticamente a pai, mas apenas semanticamente a Alfredo (seu ? Alfredo; seu = de Alfredo), marcando relação de identidade.

O que parece bem claro nas situações apontadas, mas não na orientação de base sintática, é que o caráter interacional da linguagem permite essa economia, ou melhor, estabelece uma economia lingüística específica.

Ora, o discurso interior tem como regra exatamente a abreviação e a predicação. Vygotsky lembra-se de comparar as abreviaturas nos discursos orais, interiores e escritos. A comunicação escrita repousa sobre o significado formal das palavras, e exige uma quantidade de palavras muito maior que na comunicação oral para dizer “a mesma coisa”; deve ser um discurso basicamente bem desenvolvido: a diferenciação sintática atinge o grau máximo e utiliza muitos termos que não soariam naturais na conversação oral.

Vygotsky retoma uma distinção que é aqui relevante: aquela entre monólogo e diálogo. Para ele, o discurso interior e o discurso escrito representam o monólogo; o discurso oral, na maioria dos casos, representa o diálogo. O diálogo dá abertura para o discurso abreviado e, no limite, para enunciados puramente predicativos, uma vez que joga (na maior parte dos casos) com a visão das expressões faciais e dos gestos, bem como acompanha o tom de voz, que é relevante para compreender as diferenciações sutis dos significados (ou melhor, sentidos) das palavras.

O monólogo, contudo, na perspectiva desenvolvida por Vygotsky, não é algo artificial: na realidade, o monólogo é a forma mais elevada, mais complexa, a forma que historicamente se desenvolve mais tarde (p. 188). A velocidade do discurso oral também não propicia a complexidade de formulação, não deixa tempo para muitas opções; o monólogo, ao contrário, dá ao seu autor tempo para uma cuidada e consciente elaboração lingüística. As exigências do discurso escrito levam à utilização de rascunhos. A evolução dos rascunhos para a versão final reproduz o nosso processo mental (p. 189). O planejamento tem aí um papel importante, e pode ser mental, o que faz dele um discurso interior. Mas este também funciona como rascunho para o discurso oral. Entendo essa comparação apenas como uma analogia instrutiva.

A tendência para a elipse e para a predicação é tida como típica do discurso interior; psicologicamente, ele se constitui apenas por predicados. A omissão dos sujeitos é uma lei do discurso interior,... (p. 189). Ele explica: ...é que os fatores que facilitam a pura predicação encontram-se invariável e obrigatoriamente presentes no discurso interior. Sabemos aquilo em que estamos a pensar - isto é, sabemos já sempre quais são o sujeito e a situação (p. 189-190). A predominância da predicação resulta do desenvolvimento do discurso egocêntrico. O discurso interior é um discurso quase sem palavras (p. 190). Já que é para si, basta o mínimo.

Em contrapartida, o significado passa a ocupar um lugar proeminente. O discurso interior opera com a semântica e não com a fonética (p. 190). Vygotsky estabeleceu três peculiaridades semânticas do discurso interior: 1. a preponderância do sentido das palavras sobre o seu significado. Observemos que neste ponto ele começa a fazer esta distinção frutífera — usual hoje nas pesquisas em semântica da enunciação — e que ele deve, segundo diz, a Paulhan. O sentido de uma palavra, nessa perspectiva, corresponde à soma de todos os acontecimentos psicológicos que essa palavra desperta na nossa consciência. É um todo complexo, fluido, dinâmico que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado aparece aí como uma das zonas de sentido, a mais estável e precisa. Significados, pois, pela sua limitação, seriam “materiais semânticos” ou “instruções” para a produção de sentidos.

Distinção correspondente (não necessariamente igual) faz Bakhtin em Marxismo e filosofia da linguagem, usando os termos tema e significação. Questionando o processo de significar, Bakhtin (1979) estabeleceu o duplo tema/significação na análise do “corpo vivo” da enunciação (interação verbal objetivada no social). Ele vê o processo como dialético, da mesma forma que Vygotsky (daí a convergência de suas posições). O assim chamado signo abstrato (tomando como referência Saussure) não seria uma “denotação” oposta a uma “conotação”: em termos de significação, nada que se pudesse chamar ‘objetivo’ o seria sem a necessária apreciação que só emerge no ato de enunciar (o dito inclui o dizer). A estabilidade da significância aparece sempre como algo provisório, inacabado, pretendido. Do lado da significação, segundo Bakhtin, fica o mundo simbólico construído e atestado, disponível. Cada uso, por sua vez, é uma re-criação, uma re-significação, um re-investimento. É pelo uso que se estabelece o tema.

Volto, agora, às considerações de Vygotsky seguindo Paulhan. O sentido surge no contexto: se o contexto muda, o sentido muda também. Já o significado se manteria estável através de todas as mudanças de sentido.(10) O significado de uma palavra tal como surge no dicionário não passa de uma pedra do edifício do sentido — uma potencialidade que tem diversas realizações no discurso. As palavras extraem seu sentido da frase em que estão inseridas; esta colhe o seu sentido do parágrafo, que por sua vez o colhe do livro e este das obras todas do autor (e, é claro, o processo não pára por aí). Estabelece ainda Paulhan que entre a palavra e o sentido a distância (= a independência) é muito maior que entre a palavra e o significado. Uma das implicações disso é que uma palavra pode muitas vezes ser substituída por outra sem se dar modificação substancial no sentido. Logo acima, por exemplo, coloquei em pé de igualdade distância e independência.

Ora, a regra no discurso interior, diz Vygotsky, é a predominância do sentido sobre o significado, da frase sobre a palavra e do contexto sobre a frase.(11) Não seria propriamente, como afirmara em outra parte, do semântico sobre o fonético; aqui há já um refinamento. Como se vê, é a noção de sistema que reaparece, num sentido ampliado: cada elemento compõe uma parte do todo, do qual, nível a nível, vai tirando sentido; antes disso, só há significado, que é uma redução, um fragmento, uma seleção.

Outras peculiaridades do discurso interior: relativamente à combinação de palavras, um dos tipos será configurado como aglutinação — combinação que algumas línguas apresentam regularmente, outras não. O alemão, por exemplo, pode

substantivar uma série de palavras e mesmo frases, que se tornam elementos em torno de um núcleo. Vygotsky acredita que o discurso egocêntrico da criança funciona assim. À medida que vai desaparecendo e se transformando no discurso interior, vai-se configurando uma aglutinação cada vez maior em palavras compostas que exprimem idéias complexas.

Uma peculiaridade de caráter semântico se traduz na forma como os sentidos das palavras se combinam. Os sentidos de diferentes palavras se congregam e confluem numa outra — “influenciam-se” de tal forma que as primeiras estão contidas nas últimas. Por exemplo, o título de uma obra literária exprime o seu conteúdo e completa o seu sentido de uma forma tal que produz muito mais sentido que o título de um quadro ou de uma peça de música. Esse fenômeno atinge a máxima incidência no discurso interior. Cada palavra isolada [condensação do contexto] encontra-se tão saturada de sentido, que, para a explicar no discurso exterior seriam necessárias muitas palavras (p. 193).

O discurso interior se apresenta, pois, opaco (o exterior também, em outro sentido, mas incluindo este também). Mesmo no discurso exterior, quando as pessoas se encontram em estado psicológico muito próximo (envolvimento), a linguagem se apresenta de tal forma que os sentidos dela só são acessíveis a iniciados. Assim, o discurso interior tem uma linguagem de difícil tradução, seja para o oral, seja para o escrito. Daí a dificuldade de passar desse “texto” (se texto é) para o outro, visualizado ou audível: a transição do discurso interior para o exterior não é uma simples tradução duma linguagem para outra, embora o discurso interior constitua, para Vygotsky, uma função autônoma da linguagem, um plano distinto do pensamento verbal. A transição não pode ser conseguida pela simples oralização do discurso silencioso. Este processo envolve a transformação da estrutura predicativa, específica do discurso interior, em discurso sintaticamente articulado, inteligível para os outros. É o que Luria chama desdobramento.

O discurso interior se apresenta, pois, como algo dinâmico, instável e derivante, que flutua entre a palavra e o pensamento, os dois componentes mais ou menos estáveis, mais ou menos solidamente delineados do pensamento verbal. Sua natureza só sobressai quando comparado ao plano do pensamento verbal, que é ainda mais profundo do que o discurso interior.

Esse plano é visto como o próprio pensamento. Os pensamentos, em sua natureza, criam conexões, preenchem funções, resolvem problemas. A corrente do pensamento não cria automaticamente um discurso — e, portanto, não pode criar o texto correspondente. Os dois processos não são idênticos, e não há correspondência biunívoca entre suas unidades. (12) O pensamento tem sua própria estrutura e a transição entre ele e a linguagem não se dá facilmente. Assim como uma frase pode exprimir muitos pensamentos, um mesmo pensamento pode ser expresso por meio de diferentes frases. Vygotsky remete à idéia de subtexto, que subsume aqui tudo o que se tem estudado em semântica relativamente a implícitos: pressupostos, subentendidos...

O pensamento, diz ele, não se constitui de unidades separadas, como o exige o discurso. Ele globaliza. Podemos comparar um pensamento com uma nuvem que faz cair uma chuva de palavras (p.196). Em outro texto, O problema da consciência, ele assim se expressa: O pensamento é uma nuvem, da qual a fala se desprende em gotas (p. 182). A transição entre o pensamento e as palavras passa pelo significado. O “pensamento oculto” — subtexto — é inevitável. Assim, na interlocução há sempre um mundo histórico entre duas pessoas, e esses mundos se debatem. O pensamento tem de passar pelos significados e só depois pelas palavras — melhor, talvez, significantes (v. gráfico das elipses mais atrás).

Em resumo, o pensamento é gerado pela motivação (nossos desejos e necessidades, interesses e emoções); para além dos pensamentos há sempre uma tendência volitivo-afetiva, que detém a resposta ao derradeiro porque da análise do pensamento. A compreensão do discurso de outrem tem de passar pela compreensão de seu pensamento, mas é preciso ir além, até suas motivações.

O percurso do pensamento verbal é assim sintetizado por Vygotsky: vai do motivo que gera um pensamento à modelação do pensamento, primeiro no discurso interior, depois nos significados das palavras e finalmente nas palavras. MAS este não é o único caminho, segundo ele. O desenvolvimento pode deter-se num ponto qualquer dessa trajetória; movimentos progressivos e recessivos podem ocorrer, muitas evoluções que não conhecemos ainda.

As palavras funcionam como um reflexo generalizado do mundo. Este aspecto conduz ao limiar de outro tema mais vasto — o problema geral da consciência. As palavras desempenham um papel fundamental não só no desenvolvimento do pensamento mas também no desenvolvimento histórico da consciência como um todo. Cada palavra representa um microcosmos da consciência humana (cf. 1979, p. 200).

Em Teoria e método em psicologia (capítulo O problema da consciência), Vygotsky já insiste sobre o significado. O que significa descobrir o significado?

O pensamento não é algo acabado, pronto para ser expresso. Ele precipita-se, realiza certa função, certo trabalho. Esse trabalho do pensamento é a transição das sensações da tarefa — através da construção do significado — ao desenvolvimento do próprio pensamento. O pensamento, como processo interno mediado, aparece como o caminho de um desejo vago até a expressão mediada através do significado, ou melhor dizendo, não até a expressão, mas até o aperfeiçoamento do pensamento na palavra. A formação da palavra surge como a principal função do signo, aparecendo o significado como condição. Mas na consciência há também algo que não tem significado.

Nessa obra de Vygotsky há alguns aspectos sobre a fala interna que podem ser acrescentados àqueles já discutidos. Contudo, saliente-se que nem sempre fica tão clara a caracterização. A abstração é o traço geral.

A fala interna é abstrata em dois aspectos: a) em relação a toda fala sonora; reproduz apenas seus traços fonéticos semantizados (por exemplo, três erros na palavra rrrrevolução... (neste ponto, por exemplo, não fica claro o que ele caracteriza como semantização fonética; o que se vê aqui, em análise enunciativa, é um fato epilingüístico); b) apresenta-se agramática; nela qualquer palavra é predicativa; a fusão se efetua de acordo com um tipo de aglutinação. Influência do sentido: a palavra se restringe e se enriquece no contexto. A palavra inclui o sentido dos contextos = aglutinação. A palavra seguinte inclui a anterior. Fala escrita (já fiz uma anotação a respeito): carece de entonação, de interlocutor; simbolização de símbolos; surge depois da fala interna, com aspecto mais gramatizado (uma vez que exige linearização, ou sintatização). Mas está mais próxima da fala interna do que a fala externa; associa-se aos significados, esquivando-se da fala externa.

Entendo essa fala escrita como fenômeno de transição se considerarmos a evolução do processo escritural e a conseqüente gramatização. Nessa medida, é claro que ela se apresenta como uma etapa mais próxima da fala interna.

Conclusões parciais de Vygotsky: o significado não é dado de uma vez por todas; configura sempre uma generalização (por trás da palavra existe sempre um processo de generalização — quer dizer, uma reelaboração contínua); o processo de realização do pensamento no significado é um fenômeno que flui do interior, dos motivos para a fala.

O significado cresce na consciência; que importância tem isto para a consciência? Ela modifica todas as relações e todos os processos. Por que e como varia o significado? O significado evolui em função da própria mudança da consciência. Qualquer percepção nossa tem um significado. Conhecer o significado é conhecer o universal como singular. A generalização é a desconexão das estruturas tangíveis e a conexão nas do pensamento, nas do sentido.

O consciente não se mostra simplesmente estrutural (estilo gestalt); a consciência em seu conjunto tem estrutura semântica, seu sentido se dá como atitude para com o mundo externo. A fala produz mudanças na consciência, e assim aparece como sinal do contato direto entre consciências. As relações interfuncionais determinam o significado = a consciência, a atividade da consciência. A estrutura do significado sofre o condicionamento da estrutura da consciência como sistema. A consciência está estruturada como sistema.



Finalizando por agora essas considerações, aproveito uma palavra-chave de Vygotsky (que aparece no enunciado qualquer percepção nossa tem um significado, logo acima) para desenvolver o tópico seguinte, que me parece crucial para esta discussão: percepção.

Selecionei alguns aspectos da teoria de Peirce, analisada e interpretada por Santaella (1993).

## 7 UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO

Santaella tenta nos trazer uma definição de signo, tal como aparece em Peirce, sintetizando uma infinidade de proposições a respeito da percepção dentro da obra analisada.:

o signo é algo (qualquer coisa) que é determinado por alguma outra coisa que ele representa, essa representação produzindo um efeito, que pode ser de qualquer tipo (sentimento, ação ou representação) numa mente atual ou potencial, sendo esse efeito chamado de interpretante (p. 39).

A partir da teoria da percepção de Peirce — tal como esboçada e interpretada por Santaella — tentarei ver se é possível uma analogia com a linguagem interior na concepção dos outros autores, relacionada especialmente ao nível de primeiridade da percepção. Tal é a hipótese que avento neste momento, de um modo ainda intuitivo. Mas preciso apresentar, preliminarmente, a concepção de primeiridade, secundidade e terceiridade na teoria peirceana, já que esta tríade constitui a estrutura do edifício teórico do autor. Valho-me, para isso, do glossário elaborado por Pinto (1995).

Primeiridade corresponde à primeira das três categorias da experiência; diz respeito às propriedades de um fenômeno que podem ser descritas por predicados monádicos (X é verde) observados numa entidade considerada em si mesma. Nessa categoria entrariam aspectos fenomenais puramente qualitativos; seria a primeira concepção, segundo Peirce.; ou ainda, uma abstração pura, que é pré-reflexiva, mais ou menos como um sentimento, sensação, ainda não consciente, não elaborado (indizível, intangível). Secundidade diz respeito à segunda dessas categorias da experiência; é a categoria da ocorrência, da existência, em contraposição à primeiridade, que corresponde à categoria do Ser. Qualquer coisa é um segundo na medida em que existe, do que decorre a relação com um outro: algo surge como segundo como participante de uma relação diádica. Só acontece a consciência da qualidade de algo em contraste com outra qualidade. A primeiridade é atemporal; só começa a haver a noção de tempo a partir da secundidade. Esta tem um caráter acidental e singular. O registro do sentimento aparece como fato na secundidade. Terceiridade, por sua vez, completa a tríade; corresponde à capacidade que algo tem de representar, na medida em que esse algo existe (secundidade) e é (primeiridade). Essa capacidade aponta para o futuro e para um caráter geral. Em sua generalidade, um terceiro tem a ver com o mundo potencial da qualidade e com o mundo factual dos existentes: funciona como a conexão entre a qualidade (primeiro) e o fato (segundo). A linguagem verbal, por seu caráter verbal de lei, simbólico e regulador, só pode constituir um terceiro (signo); ela tem o poder de conectar aquilo que é e aquilo que está aí, permitindo o acesso do sujeito ao conhecimento.

Antes ainda da síntese que Santaella faz, apresento um comentário sobre a abdução, tipo de raciocínio proposto por Peirce e que aparece ao lado dos tradicionais indução e dedução.

A abdução é referida como o tipo específico do julgamento das percepções. Peirce comparou o julgamento de percepção com as inferências abduativas. A abdução está em nível de primeiridade, a indução em nível de secundidade e a dedução em nível de terceiridade. Sintetizando, diz Santaella:

Trata-se de um quase raciocínio, instintivo, uma espécie de quase-advinhação, altamente falível, mas o único tipo de operação mental responsável por todos os nossos insights e descobertas. Sem ele, o homem perderia a capacidade de descobrir, do mesmo modo que, sem asas, os pássaros seriam incapazes de voar. (p. 66)

O que diferencia julgamento de percepção e raciocínio abduutivo?

Ambos são igualmente falíveis, porque hipotéticos. No entanto, o julgamento de percepção tem algo de insistente, compulsivo, algo que obstrui nosso caminho e que somos obrigados a reconhecer, enquanto que a inferência abduativa é mais gentil. Ela nasce em momentos de soltura, de entretenimento quase lúdico do pensamento consigo mesmo, por isso mesmo, é destituída de certeza. O julgamento de percepção, ao contrário, embora falível, é indubitável. (ibid., p. 67)

Vejamos exemplos desses raciocínios (Pinto, 1995, p. 13-15):

Dedução: Todos os feijões daquela saca são brancos/Esses feijões são daquela saca/Logo, esses feijões são brancos.

Indução: Esses feijões são daquela saca/Esses feijões são brancos/Logo, todos os feijões daquela saca são brancos.

Abdução: Todos os feijões daquela saca são brancos/Esses feijões são brancos/Logo, esses feijões são daquela saca.

Diz o autor:

... a abdução compartilha com a dedução o fato de ter a regra geral como premissa inicial (todos os feijões, etc.). Entretanto, como a indução ela arrisca um palpite que pode dar errado. Olhada dessa maneira, a abdução está, portanto, entre a indução e a dedução. Contudo, ela difere das duas também pela maior possibilidade de erro implícita na hipótese que ela lança, porque é fácil perceber como tanto a indução quanto a dedução estão baseadas na experiência.

[...]

Fundamentalmente, o que acontece [na abdução] é que uma hipótese é formulada com base na experiência, através da escolha de um interpretante [...] logicamente possível para os signos [...] que se oferecem à observação.

Na medida em que a inferência abduativa é uma hipótese (um palpite), ela deve ser posteriormente testada por dedução. O interessante aqui é que a abdução, como previsão, se insere na terceiridade, mas funcionando como insight, como

um flash, é um terceiro com teor de primeiro. Ou seja: no esquema triádico, a abdução é primeiridade em relação às outras inferências, mas as três, por envolverem atividade signíca, são da ordem do terceiro.

Uma noção chave de Peirce para auxiliar na compreensão do processo de percepção é a de medad. Refere-se à importância da participação da primeiridade na percepção. A medad pode ser concebida como primeiridade perto de um estado puro. Nos termos de Peirce: fenômeno que deve ser entendido sem se reportar à relevância da aplicação do predicado a um sujeito que se refere ao fenômeno (apud Santaella, p. 72).

O que acho notável aqui é a referência à primeiridade, compatível com a noção de linguagem interior no sentido de “centelha” que permite uma exteriorização, e esta novidade: a irrelevância da aplicação do predicado a um sujeito. Ora, Vygotsky dizia da linguagem interior que ela é predicativa. Peirce apenas neutraliza essa relação predicado-sujeito. Mas as idéias, se não desejarmos passar além da analogia, encaixam. A medad aparece como “um flash de incandescência mental”.

A percepção funciona como porta de entrada do conhecimento. Seu objeto é algo que está no mundo e age quase que fisicamente sobre nós; contudo, nunca estamos em situação de corpo e mente imediatamente colados a um objeto que possa ser tomado como objeto originário da semiose. Há sempre mediação, inalienável. E o objeto do signo também tem sempre natureza signíca. Quanto mais tentamos nos aproximar do objeto dinâmico (13) mais mediações vão surgindo, o que significa que esta “realidade última” sempre fica a uma certa distância, só pode ser representada, não tocada. O objeto imediato que qualquer signo tenta representar tem ele próprio o papel de signo. Mas Peirce colocou ênfase também na secundidade — que significa interação existencial, espacial, contato físico.

Santaella considera a percepção o processo mais privilegiado para colocar na frente do pensamento a massa dos três elementos de que somos feitos: o físico, o sensório e o cognitivo. O papel cognitivo na percepção é desempenhado pelo julgamento perceptivo (lembrar abdução). Características: 1) Ele não está separado dos outros fluxos mentais. 2) É a primeira premissa de nossos raciocínios. 3) Contém características gerais em nível de terceiridade. 4) Mistura-se e desaparece na abdução. 5) Contém elementos hipotéticos (falíveis, portanto).

Logicamente o julgamento de percepção funciona como um primeiro, e produz um efeito em nós. Sem ele seríamos incapazes de orientação, reação e compreensão. Mas o julgamento de percepção se produz a partir de um objeto dinâmico, que tem primazia real sobre o signo. Esse é o percepto, aquilo que aparece e se força sobre nós, no sentido de que não é guiado pela razão: não-psíquico, não-cognitivo; um acontecimento singular, irrepitível. Estamos em nível de secundidade. Etimologicamente, ‘percepto’ significa apoderar-se, recolher, apanhar: alguma coisa é tomada de fora.

O percipuum poderia ser entendido, como o quer Berstein, como o percepto concebido como produto mental: a pura qualidade imediata do percepto produziria como efeito um sentimento de qualidade, simples, positivo, sem misturas (feeling) — primeiridade. Contudo, na percepção há uma dominância da secundidade, na medida de seu contato conosco, que pode ir desde uma sensação sutil de conforto até a fuga em pânico. Mas na percepção há sempre um jogo de primeiro, segundo, terceiro: 1) o sentimento de uma qualidade imediata; 2) a compulsão que nos faz atentar para algo que se força sobre nós (existência); 3) o fator de juízo, julgamento de percepção no qual todos os elementos se juntam. Só somos capazes de traduzir o percepto em julgamento de percepção porque estamos equipados com esquemas (linguagem interior?) provavelmente inatos (hipótese de Santaella) que processam e traduzem aquilo que está fora em algo que tenha semelhança com os demais tipos de julgamentos que fazemos.

No quadro geral da semiótica peirceana, Santaella conclui que o percepto corresponde ao objeto dinâmico da semiose perceptiva, e o percipuum ao objeto imediato, ponte entre o percepto e a interpretação. Na medida em que este é tradução do percepto de acordo com o modo como estamos aptos a traduzir o que vem do mundo exterior, o percipuum não é neutro: está colocado abaixo do nível de nossa deliberação e autocontrole. Tão logo aflui, é colhido e absorvido nas malhas dos esquemas interpretativos com que somos dotados — os julgamentos de percepção. Santaella insiste em que pouco ou quase nada há de nosso controle no processo perceptivo (p. 99).

Para Peirce, a percepção é necessária na fundação do pensamento. O conhecimento começa na porta da percepção, o que significa fundar o pensamento em terreno movediço: 1º quase todo o processo ocorre sem nosso controle voluntário; 2º o conhecimento só tem valor na medida de sua contribuição para futuras interpretações. O significado de qualquer pensamento, portanto, e de sua função cognitiva, conseqüentemente, depende de o pensamento ser referido a pensamentos futuros em virtude da interpretação (p. 114).

## 8 PERCEPÇÃO, COGNITIVISMO E CONSCIÊNCIA

Se a fundação de nosso pensamento começa com a percepção mas parte do processo não se torna consciente, como diz Peirce, isso constitui um óbice para a linguagem interior e sua função?

Sem desejar atropelar os trabalhos que caminham na direção do estudo da consciência, chama-me a atenção a observação de Teixeira (1995): Até recentemente este tema recebeu pouca atenção por parte dos pesquisadores na área de ciência cognitiva (p. 183). Com o reconhecimento do fracasso de tentativas de simulação da atividade mental humana, o receio de que os pesquisadores fossem arrastados para as alturas metafísicas se relativizou.

Meu interesse na leitura deste autor se prende ao seu objetivo de mostrar a possibilidade de formular uma teoria da consciência sem romper com o materialismo. Ele se recusa a aceitar teorias que pressuponham um abismo entre o físico e o mental, e aponta duas bases para o desenvolvimento de seu trabalho: a teoria da evolução (método genético) e as investigações sobre o funcionamento cerebral encaminhadas do ponto de vista conexionista — que devem conduzir a uma teoria evolucionária da consciência.

Refletindo inicialmente sobre as enormes dificuldades conceituais encontradas em estudos de modelos cognitivistas da consciência, Teixeira passa a algumas considerações preliminares à formulação de sua proposta, estabelecendo o seguinte:

- a) a consciência resulta de um processo intracerebral essencialmente dinâmico;
- b) não há consciência sem conteúdos mentais, embora nem todos os conteúdos mentais exerçam controle sobre nossas atividades mentais ou comportamentos;
- c) uma teoria da consciência deve partir de uma distinção entre o comportamento no qual “sabemos o que estamos fazendo” (autoconsciência) e o comportamento mecânico puro e simples; e
- d) a representação (ou o significado, no caso do comportamento lingüístico) deve preceder, na qualidade de um ato mental, a ação que se desenrola a seguir: ela deve fornecer ao organismo um conjunto de cenários possíveis para que uma escolha seja efetuada. Uma teoria da consciência deve poder explicar como surgem os múltiplos cenários.

Deve-se supor que os maiores problemas, quando se trata de simular a organização mental, estão ligados à autoconsciência (self-consciousness): o “saber o que está fazendo” — um aspecto da questão, por exemplo, é o poder analisar e falar de seus próprios sentimentos.

Isto tudo leva a considerar que Descartes estava certo traçando nítida demarcação entre seres humanos e autómatas. O erro dele, segundo as longas considerações de Damásio (1996), foi o dualismo, que postula a superveniência do mental sobre o físico, o orgânico, e do racional sobre o afetivo. Teixeira também aposta nisto, mas em outra direção: os seres humanos não seriam os únicos a poder gerar “cenários internos” (cf. p. 191). O autor admite algum grau de consciência em

animais. Popper e Eccles (1992) também afirmam isto. O grande nó está na possibilidade da representação, ou seja, a realização de atos mentais com base em representações internas (o que estaria vinculado, inescapavelmente, à linguagem interior, tal como conceituada mais atrás).

Ora, o comportamento humano é precedido por esses atos mentais, que podem retardar ou inibir a ação dependendo das escolhas. Tais escolhas, é claro, têm a ver com projetos humanos, no sentido em que foram analisados por Damásio e Goleman, por exemplo. Isso significa postular a autonomia do ser humano.

Assim, Teixeira assume que uma teoria da consciência deve explicar a possibilidade de representar conjuntos comportamentais de modo a mostrar o resultado como a escolha do sujeito, ou seja, consubstanciar o projeto de vida correspondente. Essa teoria pressupõe uma explicação histórica e genealógica.

A hipótese inicial de Teixeira é a existência de um processo intracerebral relacionado a categorias biológicas (evolucionismo). Mas, diz ele, há duas dificuldades epistemológicas: 1) a história da evolução será sempre uma "crônica" de um passado inacessível, não passível de validação; 2) não se pode atribuir à consciência, no processo adaptativo, uma função direta.

Suas hipóteses fundamentais:

a) a evolução é essencialmente uma evolução das formas de comportamento. Assim, embora comportamento consciente e comportamento automático sejam distintos, sua raiz é comum: o primeiro emerge do segundo (e, filogeneticamente, o segundo pode resultar do primeiro, acredito: o aprendizado consciente de um processo leva, pelo menos parcialmente, à automatização). A pergunta é: como aparecem os conteúdos mentais que surgem como representações, cenários possíveis? Seria necessário explicar a emergência da intencionalidade;

b) do comportamento automático para o comportamento consciente houve desvinculação progressiva entre a formação de conteúdos mentais e a produção de comportamentos (intervalo entre input e output);

c) a consciência se instaura gradualmente e pressupõe hierarquia cognitiva; e

d) a escolha entre cenários não pressupõe um intérprete ou "homúnculo" no cérebro. Esse intérprete é uma ilusão da primeira pessoa.

Como se dá a passagem do comportamento automático para o comportamento consciente?

O comportamento automático manifesta a organização adaptativa das relações organismo/meio ambiente. Sua função é a satisfação das necessidades biológicas básicas, a garantia da sobrevivência. Automatismo, contudo, pressupõe repetição e impossibilidade de modificações do comportamento, de aprendizagem e sobrevivência em situações extremas.

Numa segunda etapa evolucionária teríamos o comportamento semi-automático. Seu aparecimento pode estar ligado ao surgimento de alternativas para a satisfação de necessidades biológicas. Daí as pré-representações (significados), primeira forma de conteúdo mental, que contém um indício de seu referente no mundo, e atuam como disposições, formando padrões de comportamento. Elas estariam no limiar dos conteúdos mentais plenos. A dinâmica das representações precisaria sobrepor-se à morfologia fixa do organismo para produzir comportamento diversificado, facilitando a adaptação em ambientes outros (passagem da rigidez à plasticidade dos comportamentos).

Outro fator seria a ampliação da quantidade de informação a ser processada pelo aparato cognitivo, que seria concomitante ao aumento da complexidade da rede de conexões orgânicas. O terceiro fator, do qual os outros dependeriam, seria uma diminuição do grau de especialização dos mecanismos de discriminação de inputs, já que o alto grau de especialização implica rigidez dos padrões.

A expansão da plasticidade do comportamento pressupunha dissociação progressiva das primitivas conexões, com a formação de mecanismos biológicos específicos — daí o aumento do intervalo entre input e output — dando lugar a múltiplas representações.

A formação de representações plenas que passarão a interferir e modificar o curso dos comportamentos é um destes mecanismos biológicos. Seu papel funcional é indireto, ou seja, é possível que um organismo sobreviva sem ter representações plenas, conceituáveis e passíveis de serem expressas linguisticamente, mas estas constituirão sempre um passo a mais em direção a uma maior adaptabilidade a ambientes variáveis (p. 198).

Chegamos aos conteúdos mentais independentes (conscientes), ocupando topicamente os intervalos input-output — primeira forma de vida mental. Se tais conteúdos mentais precedem certos comportamentos, eles se tornam comportamentos conscientes; a escolha de um "cenário possível" para guiar uma ação corresponde a um processo de disputa competitiva pela predominância do cenário que determinará o output (p. 199). O que determina a escolha? Entre outras coisas, a memória filogenética de ações bem-sucedidas em ambientes similares.

É interessante observar que a tal "disputa competitiva", que aparece como escolha do ponto de vista da primeira pessoa, corresponde a uma "seleção natural" no nível intracerebral, onde ocorreria com mais brevidade.

Então Teixeira passa ao seguinte nível: como os cenários passariam a ser construídos a partir de proposições? ou melhor, como dariam lugar a atitudes proposicionais (comportamento linguístico)? Bem, o organismo teria de poder atribuir valores de verdade (verdadeiro x falso). Desenvolver atitudes proposicionais pressupõe a faculdade de gerar conceitos — e esta capacidade diz respeito a representações que possam ser expressas pela linguagem.

A linguagem, por sua vez, surge como processo que permite o aparecimento de múltiplos cenários possíveis. Mas o próprio aparecimento da linguagem é uma dificuldade: uma informação ligada à situação imediata (a um certo comportamento) torna-se independente dela e pode ser transmitida, passando a desempenhar papel fundamental no desenvolvimento cognitivo e na sobrevivência. Formam-se atitudes e crenças, e ainda a capacidade de avaliação das crenças.

A produção de sinais e o posterior desenvolvimento dos mecanismos de linguagem são fundamentais no processo que conduz das pré-representações à formação de proposições e de atitudes. Este processo culmina na possibilidade de gerar conteúdos mentais acerca de objetos não-existentes ou in-existentes, ou seja, objetos que não têm uma existência física ou um correlato objetivo (p. 201).

Esse processo que gera cenários possíveis também envolve a produção fragmentária de imagens mentais subjacentes ao discurso — associadas por precedência ou subsequência ao processo de compreensão. A admittance desse complexo imagético é que leva a que não consideremos uma máquina como capaz de compreender a linguagem humana.

Teixeira finaliza com algumas reflexões sobre a simulação: 1) uma simulação da consciência não forma de fato uma experiência da consciência, MAS 2) a teoria proposta (a consciência surge da projeção de cenários possíveis, estes emergentes do aumento de intervalo entre input e output) tem paralelo nas teorias conexionistas contemporâneas:

Quadro 1 - Teoria da consciência versus a teoria conexionista:

TEORIA DA CONSCIÊNCIA	TEORIA CONEXIONISTA
1. aumento do intervalo input-output	1a. ampliação hierárquica de redes
2. projeção de cenários possíveis	2a. disputa competitiva entre as redes
3. processo de seleção natural na atividade intracerebral	3a. acomodação das redes (definição de output)

E conclui: a simulação da consciência deveria abandonar as propostas da computação simbólica em favor da simulação do cérebro, com base nas pesquisas sobre darwinismo neural – sem esquecer que ainda estamos longe de poder atribuir consciência a sistemas desse tipo. Ele lembra, porém, que a produção lingüística ou imagética de cenários possíveis tem um paralelo tecnológico na geração de realidades virtuais. É possível, com a realidade virtual, projetar-se para dentro de um cenário, variá-lo e construir alternativas de comportamento futuro.

Terminada esta resenha, percebe-se que a pergunta com que iniciei este tópico não fica respondida, a não ser intuitivamente: seguindo Vygotsky, a linguagem interior funciona de qualquer forma, e a dependência do maior ou menor grau de consciência é uma questão de desenvolvimento humano. Com efeito, na perspectiva sócio-histórica esse desenvolvimento está ligado às possibilidades de interiorização da “fala egocêntrica” da criança, que deve dar-se através de um processo criterioso de mediação, dos adultos em geral e dos professores em particular, no âmbito da escola, com base na idéia de interatividade — atividade partilhada, cooperativa.

Numa comunicação de 1930 (Sobre os sistemas psicológicos), Vygotsky (cf. 1996) se detém no exame da percepção, e afirma que na criança já se verifica relativa independência, o que significa que se pode observar aquele intervalo input-output, em que a motricidade pode ser inibida ou retardada: ou seja, a criança tem capacidade de “medir” a situação antes de agir.

Vygotsky diz que a percepção se desenvolve segundo o mesmo padrão que o pensamento e a atenção arbitrária; há uma interiorização dos procedimentos: a criança percebe algo e o compara com outra coisa. Com o tempo, estabelece-se uma complicada síntese com outras funções, concretamente com a da linguagem. De modo que a percepção, para nós, constitui uma parte do pensamento em imagens, porque ao mesmo tempo em que percebo vejo que objeto percebo.

Vygotsky preocupou-se com a idéia de “percepção clara”, mostrando as dificuldades experimentais para obtê-la: é impossível, fora da patologia, estabelecer a estrutura básica da percepção. Acredito que ele queria referir-se àquela idéia de “centelha” que focalizei anteriormente na teoria semiótica peirceana. Ou ainda: penso que ele se referia à idéia de “primeiridade”, o primeiro degrau no edifício perceptivo.

Na observação da formação de sistemas psicológicos na criança, Vygotsky concluiu que toda forma superior de comportamento aparece em cena duas vezes durante seu desenvolvimento: primeiro na forma coletiva (interpsicológica); depois a forma coletiva se transpõe para a prática do comportamento individual. Do ponto de vista da linguagem, é assim que se forma o discurso interior.

Em suma, ele postula a tese da origem social das funções psíquicas superiores. Crucial nesse desenvolvimento é que os “signos” que desempenham papel relevante na história cultural do homem são, na origem, meios de comunicação, meios de influências sobre os demais. Sem eles, o cérebro e suas conexões iniciais não poderiam se transformar nas complexas relações, o que ocorre graças à linguagem (p. 114).

A forma de pensar e os conceitos que nosso meio cultural nos impõem incluem, sem dúvida, os sentimentos. A percepção dos sentimentos é um traço de metacognição — de autoconsciência. O sentimento se percebe sob a forma de raiva, ciúme, desgosto, etc., mas não se distingue, na prática, onde termina a percepção superficial [feeling] e onde começa a compreensão de determinado objeto. Assim, no nível afetivo não experimentamos ciúme, raiva ou desgosto de maneira pura: há sempre conexões conceituais. Pensar nos afetos, no mundo emocional, produz algo interessante: altera-se a vida psíquica, e essa alteração é histórica.

## 9 REFLEXÕES

Retomo um pouco, a partir daqui, a qualidade predicativa do discurso interior. Vygotsky o vê como um discurso quase sem palavras — aliás, desnecessárias, na sua qualidade de orientação para o próprio locutor: apresenta-se desconexo e incompleto.

Incompletude significa, em última instância: falta sempre um contexto mais amplo para a negociação de sentidos e a compreensão do sujeito — o que remete ao des-conhecimento fatal de si mesmo. Eu poderia dizer, então, usando uma escala operatória, que o discurso interior é incompletude “máxima” e que o discurso exterior, voltado para o outro, é incompletude “mínima”; por outro lado, o discurso interior mostra-se maximamente contextualizado do ponto de vista interno (ou seja, do próprio locutor), e maximamente descontextualizado para o outro, em sua orientação social. Quer dizer: o primeiro está basicamente a serviço da orientação mental do pensamento com sentido, centrada no sujeito em sua qualidade individual. Não sendo diretamente socializável, não vale para o outro, embora este seja parte de sua identidade. Quero dizer que, se não passar pelo filtro da exteriorização, não tem eficácia.

Uma das peculiaridades semânticas do discurso interior, salientada por Vygotsky, é a predominância do sentido sobre o significado, da frase sobre a palavra e do contexto sobre a frase. Penso que se deve entender isto da seguinte forma: sendo o sentido complexo, fluido e dinâmico, está tingido de todos os matizes no nível de nossa consciência, o que cria em nós, como locutores, a sensação de clareza (pelo menos muitas vezes); já que o contexto importa mais que as frases e as palavras, restam efetivamente pequenas ilhas carregadas de sentido — mas apenas para o locutor, e mesmo assim aparentemente, ou seja, “estava muito claro na minha cabeça” pode ser um argumento para justificar o azar (nos dois sentidos) de um texto fracassado.

O nó da questão parece encontrar-se, portanto, nos limites da percepção e nas mediações que surgem para tentar atingir — se isso fosse possível — o que foi chamado por Peirce de objeto dinâmico (conforme discussão mais atrás), ou melhor, nas representações de linguagem que são produzidas, depois memorizadas/arquivadas, depois reusadas e reinvestidas, num jogo contínuo que, externamente, recebe a máxima sanção social — contrariamente às representações internas, que estão associadas a elementos de ordem imagética, e nessa ordem tendem à espontaneidade, não sofrendo censura. Quero dizer: o sujeito, em sua inscrição social, sabe que precisa negociar o seu projeto interno em função das restrições de uso.

Se a percepção é a porta de entrada do conhecimento, e necessária na fundação do pensamento, de seus conteúdos mentais, o nível que é atingido pela percepção (estou me referindo a primeiridade, secundidade, terceiridade) é que explicaria a maior ou menor possibilidade de cenários (nos termos de Teixeira) para uma escolha subjetiva. Em outras palavras, a geração de conceitos (leia-se significados), ou a capacidade de formar conceitos corresponde à formulação de representações mentais que, ainda em nível psíquico, poderiam transitar da linguagem interior para uma linguagem planejada (em algum nível) que receberia materialidade em sua exteriorização para o outro (discurso exterior).

O significado como generalização em nível de linguagem, na concepção de Vygotsky, corresponde, segundo minha observação, à representação que deve fornecer ao organismo os cenários possíveis para uma escolha subjetiva, conforme requisito apresentado por Teixeira para uma teoria da consciência.

Gostaria de incluir aqui, por pertinente, uma pequena discussão sobre a “imagem”, e para isto uso um estudo de Cabas (1982) sobre Lacan, no capítulo em que discute sobre a tríade simbólico/imaginário/real. A imagem, tal como aparece no ato perceptivo, é um composto de características visuais. Como é, pergunta o autor, que um objeto real se inscreve? como é que, estando fora, aparece dentro? Uma imagem, é claro, não é simples reflexo. Ela é captada e retomada, recuperada, assimilada, de acordo com um complexo de imagens que precedem e permitem ao mesmo tempo metabolizar a nova impressão. Ou seja, a inscrição ou impressão só acontece se houver um conjunto que torne

possível o que é percebido: dentro de um registro simbólico. Cito um trecho do autor para exemplificar esse dispositivo:

... a atitude de um antropólogo ante um ícone é substancialmente distinta da atitude do nativo da cultura em que tal ícone está inserto, mas, ao mesmo tempo, substancialmente distinta da atitude do colecionador. É que o mesmo ícone, que para o antropólogo é objeto de estudo, para o nativo é objeto de culto e ritual, enquanto que para o colecionador é objeto de gozo estético, seja em sua forma visual ou possessiva. É que o registro simbólico que cada um destes sujeitos dispõe para assimilar o objeto em questão varia segundo sua inscrição e sua prática. De fato, o objeto é assimilado de acordo com os próprios esquemas de pertinência e uso. (op.cit., p. 17-18)

Assim é que imagem remete a rede de imagens: o conjunto já constituído permite receber a nova impressão e esta, por sua vez, também modifica o registro. É o circuito que já conhecemos. E é ele que determina o imaginário. No estudo da percepção, sabe-se que órgão tem sido colocado como "o primeiro aparelho de coordenação do espaço": o olho. Dada essa prevalência, uma boa parte de nossas percepções estão caracterizadas pela imagem visual, e as outras se subordinam a essa.

Assim, se nosso pensamento é já signico — e como tal interpretável — conforme afirmou também Peirce, uma semiose interna se processa, de uma complexidade que não admite simples tradução para o outro, quer se trate de linguagem verbal, quer se trate de quaisquer outras possibilidades de expressão. Não seria de mesma natureza o processo de tradução de uma língua para outra, acredito, mas se trataria sempre de uma tradução. No caso do locutor que já tem um projeto, ele fica dependente dos meios disponíveis para a exteriorização — e já sabemos que um deles é o complexo que chamamos aprendizado —; no caso do tradutor especialista, ele já dispõe de uma realização exterior (uma obra). E precisa, por sua vez, de uma reelaboração para aproximar duas linguagens, duas culturas. Estou aproximando tradução, neste contexto, de re-investimento: parece que é sempre esse o caso.

O que fica razoavelmente claro para mim é que a linguagem interior, tal como definida e defendida aqui, designa um plano de ação futura; eu gostaria de acrescentar: em duas etapas: uma de caráter "inconsciente", que corresponde às redes que se vão formando como disponibilidades de pensamento (potencial), e outra de caráter operatório: o pensamento em via de expressão apreendendo a si mesmo (como imagino que diria Gustave Guillaume), projetando a expressão, o desdobramento. Se compararmos nossos projetos de dissertação ou tese (que já são, em outro nível, realização de projetos) com a pesquisa efetivamente elaborada, teremos uma idéia do que entendi pelo processo de desdobramento da linguagem interior. Como dizia Barthes, já citado no início deste trabalho, a escrita é trabalho sobre uma matéria-prima (os arquivos disponíveis mais o processamento subjetivo). Foucault diz que se trata da manipulação do significante, mas, a considerar Vygotsky trata-se mais de sentidos internos que terão de sofrer reinvestimento. Aliás, relembro Vygotsky nesta passagem: o pensamento flui como uma corrente interna através de uma série de planos, e é preciso investigar esses planos que o pensamento percorre antes de se "encarnar" nas palavras.

Assim é que, para o locutor, passa a ilusão de uma fala interior clara, e a ilusão de que o outro poderia penetrar aí; a escritura (e mesmo a fala externa), ao contrário, configura um distanciamento fundamental — que é um abismo para si mesmo e abismo para chegar ao outro. Cria-se um conflito. O locutor já tem estabelecida uma forma de encarar o real, planeja a partir de seu repertório, deve reusar sua percepção e todas as funções mentais superiores na exteriorização, e então se vê obrigado a rever suas posições, em função do controle social: a enunciação se forja sempre com base nos limites externos. Ele descobre, então (passo a passo), que, como dizia Claude Simon (citado por Foucault; cf. início deste artigo), escreve-se aquilo que se produz durante esse trabalho. Descobre também algo muito salutar: a escritura produz conhecimento de fato.

Diga-se de passagem que as reflexões permearam todas estas páginas; elas não estão contidas apenas neste último tópico, como sua inscrição pode dar a entender. O que é certo é que o explorador não sabe onde vai parar nem o que vai descobrir: ele sabe que está buscando alguma coisa, e às vezes pensa que sabe o que é — talvez sempre uma ilusão com uma face muito real.

Embora não tivesse, desde o início, a pretensão de dar respostas às questões que orientaram esta pesquisa, retorno a elas para revê-las e — quem sabe? — propor outras mais pertinentes.

Quando nasce o texto? O que é manifestação textual? A manifestação é critério fundamental para definir o texto? Qual o limite da textualidade? Assim como se diz 'linguagem interior' pode-se dizer 'texto interior'?

A partir do que aprendi com o material de pesquisa e a reflexão feita, entendo que um texto nasce — e não fica "pronto" — quando algum material externo está sendo manipulado com orientação para o outro, e fica pronto, como manifestação enunciativa, por decisão de seu autor, na medida em que, controlado externamente, configurou sua matéria-prima dentro de parâmetros genéricos.

Entretanto, se nada me impedir de restringir o conceito, posso me referir a um projeto mental, ligado à minha linguagem interior, como "texto". Só por analogia, só por figuração — porque o critério mínimo fundamental, me parece, deve ser o da direção para a eficácia — que só se encontra num projeto exteriorizado, desdobrado, que seja de fato um gesto para o outro. A manifestação textual é, assim, um complexo orientado socialmente; sem essa orientação, não passa de caricatura, simulação (no sentido negativo dos termos). Em toda a literatura corrente, aliás, mesmo admitindo que algumas teorias não tenham um quadro discursivo estrito, os atributos de textualidade privilegiam essa orientação.

A terceira resposta decorre do que disse acima. Texto mental, sem aspas, só aquele que já foi memorizado a partir de uma manifestação. Admitirei, para eventuais gênios, que um texto mental não tenha sido resultado de mentalização, ou seja, que tenha sido projetado, manifestado subvocalmente, revisado e arquivado mentalmente sem que a matéria-prima precisasse de outro suporte, algo externo. Mas, para orientá-lo socialmente de fato, precisará de algum tipo de veículo. E então não haveria, ainda, reinvestimento?

O limite inferior da textualidade, penso, com base nesses pressupostos, é o rascunho — não o projeto, mas uma face a ser "maquilada" — que nada impede seja chamada "projeto de texto" pelo seu autor.

Finalmente, um "texto interior" só valeria para seu próprio sujeito — que eu não ousaria chamar de autor: mesmo que digamos ter tido idéias, só será possível que o outro se refira a "idéias de fulano" na medida de sua manifestação, por que meio seja. É nesse sentido que, para texto, de pouca valia são as "intenções". Tal atitude pode até servir de explicação para fracassos, mas não de justificativa. E a sociedade, nesse sentido, não é nada condescendente.

## 10 ÚLTIMAS PALAVRAS

Não fora este um trabalho realizado com base em algo que tomei quase como provocação, poderia não ter passado da fase de "projeto mental". Gostaria, contudo, que fosse tomado em sua incompletude discursiva, para que, na medida de leituras produtivas, consigamos coletivamente compor algo mais consistente. Por isto, sugestões e críticas de todo tipo serão muito bem-vindas.

(Abril de 1997)

## NOTAS

2. Agradeço ao colega Professor Apóstolo Theodoro Nicolacópulos, da UFSC, pelo diálogo preliminar a respeito do tema, fornecendo-me informações pertinentes e curiosas, sobretudo com relação a termos do grego; agradeço ainda pela revisão de minhas anotações.

3. Memória de um curso ministrado na UFSC em outubro de 1996.



4. A tradução é de minha responsabilidade.
5. Experiências desse tipo poderiam ser levadas a efeito, variando-se o tema e o tempo de amadurecimento interno para, numa segunda etapa, solicitar a escritura do “material” assim arquivado.
6. Gottfried Wilhelm Leibniz: filósofo e matemático alemão, nascido em 1646 e falecido em 1716.
7. É interessante adiantar, neste ponto, que Vygotsky diz que a linguagem interior (ou discurso interior) é essencialmente semântica (ou seja, significativa). Em Luria, tem-se a impressão de que a distância entre a linguagem interior e o pensamento verbal (Vygotsky) é maior. Veremos isto adiante.
8. Saliente-se, contudo, que a figura é apenas alusiva, sem dizer respeito a qualquer característica quantitativa.
9. Por analogia, a “fala escrita” seria um processo inverso, na medida em que escrever não significa, em seu ponto culminante, simplesmente transcrever uma fala; essa é só uma etapa da escritura.
10. Só concordo com isto relativamente, pois na medida da criação de estabilidade o que era sentido vai passando a significado e assim é registrado; portanto, o significado tem uma história.
11. Eis uma analogia interessante que encontrei num trecho do romance *O manuscrito de Mediavilla*, de Isaias Pessotti (Rio de Janeiro, Editora 34, 1995, 2. ed., p. 123-124): “Pelo discurso de Arturo, alguma lógica, alguma forma me ligava a homens e eventos, passados e futuros e, portanto, o sentido de minha vida, do meu acorde, dependeria, inexoravelmente, dessa ordenação. O sentido de minha vida estaria fora dela, fora de mim. Como o sentido do som está no acorde; o do acorde, no tema; o do tema, na melodia inteira; e o da melodia, no conjunto da sinfonia.”
12. V. o interessante artigo de Emile Benveniste: *Catégories de pensée et catégories de langue*, in *Problèmes de linguistique générale* I. Paris, Gallimard, 1966 (Obra já traduzida para o português).
13. Objeto que origina uma semiose. Dada a dinâmica da semiose, entre o signo e o objeto sempre haverá um objeto intermediário. A semiose é a busca contínua da restauração futura desse objeto, que é então inalcançável (Pinto, 1995).

## BIBLIOGRAFIA

1. CABAS, Antonio Godino. Curso e discurso da obra de Jacques Lacan. Trad. Maria Lúcia Baltazar. São Paulo: Moraes, 1982 (Biblioteca freudiana brasileira).
2. DAMÁSIO, António. O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano. Trad. port. Dora Vicente e Georgina Segurado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
3. DOSSE, François. História do estruturalismo — v. I: o campo do signo, 1945-1966. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Ensaio; Campinas: EDUNICAMP, 1993.
4. FOUCAULT, Michel. A leitura em questão. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
5. GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1995.
6. LURIA, A.R.. Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria. Trad. Diana Myriam Lichtenstein e Mário Corso. Sup. trad. Sérgio Spritzer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.
7. PESSOTTI, Isaias. *O manuscrito de Mediavilla*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
8. PINTO, Julio. 1, 2, 3 da semiótica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.
9. POPPER, Karl R., ECCLES, John C. O cérebro e o pensamento. Trad. Sílvia Meneses Garcia, Helena Cristina F. Arantes, Aurélio Osmar C. de Oliveira. Campinas: Papyrus, 1992.
10. RICOEUR, Paul. A fala e a escrita. In: \_\_\_\_\_. Teoria da interpretação. Lisboa: Edições 70, s. d..
11. SANTAELLA, Lúcia. A percepção: uma teoria semiótica. São Paulo: Ed. Experimento, 1993.
12. SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. Edition critique préparée par Tullio de Mauro. Paris: Payot, 1976.
13. SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. Normas do falar, da língua e dos textos. In: \_\_\_\_\_. História do falar e história da lingüística. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 17-33.
14. TEIXEIRA, João de Fernandes. Cognitivismo e teorias da consciência. In: CARVALHO, Maria Cecília M. de. A filosofia analítica no Brasil. Campinas: Papyrus, 1995. p. 183-205.
15. TESNIERE, Lucien. *Eléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck, 1976.
16. VYGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e linguagem. Trad. M. Resende. Lisboa: Editora Antídoto, 1979.
17. VIGOTSKI, L.S.. O problema da consciência. In: \_\_\_\_\_. Teoria e método em psicologia. Trad. Claudia Berliner. Rev. Elzira Arantes. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 171-189.



